



---

## O PROBLEMA DO MAL: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AGOSTINHO E PAUL RICOEUR

*The Problem of Evil: A COMPARISON BETWEEN AUGUSTINE AND PAUL  
RICOEUR*

Jefferson da Silva<sup>1</sup>  
Marcius Tadeu Maciel Nahur<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca refletir sobre o problema do mal no pensamento de Agostinho (354-430) e no pensamento do filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005). Pensadores de épocas completamente distintas abordam em suas obras o problema do mal que sempre foi um desafio, tanto para a filosofia quanto para a teologia. *Qual a origem do mal?* Como teólogo e pastor de um povo, Agostinho responderá ao problema do mal baseado nas Sagradas Escrituras. Quanto a Ricoeur, sem a pretensão de a uma resposta para a origem do mal, convida seu leitor para seguir o caminho da reflexão, da prática e da espiritualização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mal; Pecado; Reflexão; Justiça; Espiritualização.

**ABSTRACT:** This article searches to reflect on the problem of evil in the thought of Augustine (354-430) and the French philosopher Paul Ricoeur (1913-2005). In spite of their distance in time, both discuss in their works the origin of evil, a question that has been a challenged in philosophy, as well as in theology. What is the origin of evil? As a theologian and shepherd of people, Augustine will explain the problem of evil based on the Sacred Scriptures. As for Ricoeur, being a philosopher and, therefore, without the intention to get at an answer to the origin of evil, he invites his readers to go through the path of reflection, practice and spiritualization.

**KEYWORDS:** Evil; Sin; Reflection; Justice; Spirituality.

A todo instante escuta-se, nas conversas do cotidiano, nas ruas, nas emissoras de televisão, nas redes sociais, nos jornais e nas revistas que muitas pessoas sofrem e morrem, umas por própria culpa, outras vitimadas por más ações ou ainda vitimadas pelas fatalidades e limites próprios da vida humana como as catástrofes naturais e as doenças. Nesse mosaico, observa-se que algo ruim acontece e sempre aconteceu, vale dizer, a existência de um mal. Alguns pensam que esses problemas nascem da economia, da

---

<sup>1</sup> Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). E-mail: je.filos@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e professor no UNISAL. E-mail: macielnahur@gmail.com

corrupção e da forma de governar de muitos líderes; outros, como em muitas religiões, pensam que esses males deitam suas raízes em alguma entidade externa, figurada pela serpente, que vive a todo instante procurando destruir o homem; e, outros, ainda ao longo da história, procuraram encontrar respostas para o problema do mal a partir do ato de filosofar. É partindo desses últimos que o presente artigo busca refletir sobre o problema do mal, contrafaceando os pensamentos de Agostinho de Hipona e Paul Ricoeur.

O texto não se propõe a esgotar a questão do mal, encontrada em várias obras desses dois autores, mas terá como base principal para a reflexão as obras *O diálogo sobre o livre – arbítrio* de Agostinho, destacando o livro I, e *O mal – um desafio à filosofia e à teologia* de Paul Ricoeur.

Agostinho, em sua obra *O diálogo sobre o livre – arbítrio*, pela via da apologética, busca defender a natureza do bem em detrimento do problema mal substancial, apresentado pelos adeptos do maniqueísmo, de cujo grupo participou durante um período de sua vida. Na introdução desta obra é destacado que ela não possui um caráter de controvérsia aos maniqueístas diretamente, mas uma discussão com seu amigo Evódio sobre a origem do mal, devido aos sofrimentos que tantas guerras acabavam causando.

Paul Ricoeur, assim como Agostinho, reflete sobre o problema do mal, também tomando como ponto de partida os sofrimentos que as guerras causavam. Porém, a sua reflexão sobre a origem do mal tem um caráter bem particular, pois ele sofreu com a morte do pai que, participando da primeira guerra mundial, nunca mais apareceu. Órfão de pai e mãe, tinha uma irmã que era um pouco mais velha que ele, mas, aos vinte e um anos, ela foi vitimada pela tuberculose. Paul Ricoeur experimentou bem de perto as tragédias familiares.

Agostinho, ao refletir sobre o problema do mal, o faz partindo da maldade que uns praticam contra os outros e daqueles que experimentam a maldade praticada. Seguindo os passos de Agostinho, o filósofo Paul Ricoeur observa que os estudos sobre o mal, ao longo da história, partem da própria ação humana, o que consiste em atribuí-lo a um sujeito responsável pelo mal praticado e um sujeito que o recebe.

Ambos os pensadores convergem na reflexão a respeito do ponto de partida sobre a origem do mal. Porém, a maneira como desenvolveram este problema diferirá bastante. Eles se encontram em épocas distantes e com problemas distintos a serem resolvidos. Agostinho, como cristão convertido, depois presbítero e bispo da Igreja Católica, procurando salvaguardar ou defender a natureza do bem de doutrinas como o maniqueísmo, afirmava a existência de duas naturezas, ou seja, a do bem e a do mal. Já

Paul Ricoeur escreve situado entre duas grandes Guerras Mundiais, tendo sofrido a perda de seu pai na Primeira e se tornado prisioneiro de guerra na Segunda.

O tema-problema suscitado consiste em investigar a possibilidade de aproximação dialógica desses dois intelectuais, em termos de suas preocupações com a questão do mal, não obstante estarem posicionados em contextos históricos bem diferentes. Esta investigação, baseada em pesquisa bibliográfica, traz o esforço de discutir uma possível aproximação do problema do mal entre Agostinho e Paul Ricoeur.

Assim, de início, será posta em discussão a natureza do Bem e a origem do mal, colocando-se a questão primordial da livre escolha do homem ao se afastar do Bem Maior.

Em seguida, é trazida a reflexão de Paul Ricoeur sobre como o problema do mal dá o que pensar, envolvendo mudança de atitude perante os sofrimentos e as dores, com a possibilidade alcançar até mesmo vítimas inocentes.

Por fim, apresenta-se uma perspectiva descortinada para o aflitivo problema do mal que se abate sobre o existir humano, de modo que ela seja refletida não apenas por um único ângulo de visão, mas pela conjugação de pensamento, ação e espiritualidade.

## **1. A Natureza do Bem e a origem do mal em Agostinho**

Agostinho, na obra *O livre arbítrio*, de modo especial no Livro I, apresenta o problema sobre a origem do mal.

Em diálogo com seu amigo Evódio, que pergunta se Deus é o autor do mal, Agostinho o questiona sob qual aspecto ele o pergunta, pois se costuma designar o mal de duas maneiras: quando alguém agiu mal e quando alguém sofreu um mal.<sup>3</sup> Caso a pergunta seja feita com o desejo de se saber sobre ambos os aspectos, afirma Agostinho que é oportuno partir da premissa de que “Deus é bom – e não é lícito pensar de outra maneira – Ele não faz o mal.”<sup>4</sup> Entretanto, como se declara que Deus é justo, assim como ele cuida dos bons, da mesma forma, castiga os maus; e tais castigos são males para aqueles que os padecem. Por conseguinte, ninguém sofre castigo injustamente, já que Deus é justo e rege o universo com sabedoria sempre em vista do bem.

---

<sup>3</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 81.

<sup>4</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 81.

Para Agostinho, todas as coisas criadas por Deus são boas tanto no modo e na espécie, quanto na ordem. Logo, toda e qualquer natureza é boa. Por isso, de modo algum, Deus é autor daquele primeiro gênero de males, mas sim do segundo.<sup>5</sup>

Evódio, insistindo em suas perguntas a Agostinho, diz: “Existe, portanto, um outro autor daquele tipo de males de que se descobriu que Deus não é o autor?”<sup>6</sup> Agostinho afirma que sim, pois o mal não poderia existir se não tivesse nenhum autor. Porém, não existe um autor determinado, mas cada um é autor de suas más ações.<sup>7</sup> Logo, os homens podem fazer o mal através de suas ações.

Sendo os homens autores das más ações, pode-se perguntar como estes aprenderam a fazer algo mal, já que Deus criou todas as coisas boas e tudo que existe provém d’Ele. Afirma Agostinho, em favor da natureza do Bem, que todo aprendizado é um bem e ninguém aprende a não ser por meio de Deus. Já os males não são ensinados, pois o aprendizado é um bem.

Seguindo o raciocínio de que Deus é bom e tudo o que Ele criou o fez muito bem, aponta que prática do mal talvez venha daqueles que se afastam ou não se interessam pela disciplina do bem.<sup>8</sup> Em suma, afirma que existem dois tipos de disciplina: uma pela qual se aprende a fazer o bem e outra pela qual se aprende a evitar o mal em vista do bem. Ele afirma que todo aquele que faz uso de sua inteligência procede bem, pois procede orientado por Aquele que o criou. Logo, aquele que pretende crescer na disciplina do bem procura crescer na inteligência para atingir o Bem Maior. Porém, como apontou o autor, alguns homens praticam o mal porque se afastam ou não se interessam pelo bem. As perguntas que se levantam são: Por que os homens praticam más ações, afastando-se do bem? De onde vem o mal que os homens praticam?

Antes de responder a tais questionamentos, Agostinho chama a atenção de que é necessário crer para compreender; crer que tudo que existe provém de Deus e sendo Ele bom não pode ser autor do mal.<sup>9</sup> É importante crer para se avançar na compreensão. Daí vem a frase do profeta Isaías: “Se não acreditardes, não compreendereis” (7,9).

---

<sup>5</sup> Cf. AGOSTINHO. *A natureza do bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, p. 6.

<sup>6</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 1.

<sup>7</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 1.

<sup>8</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 2.

<sup>9</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 4.

Portanto, partindo da premissa de que Deus é bom e por isso não pode ser autor do mal, torna-se oportuno analisar as más ações dos homens para aí verificar de onde pode vir o mal. É importante salientar que tudo procede de Deus no modo, na espécie e na ordem. Logo, os homens são bons, pois Deus é bom. Porém, percebe-se que o autor admite existirem homens que fazem o mal em suas práticas e estas podem ser denominadas, por exemplo, como: adultérios, homicídios, sacrilégios entre outras. Segundo Agostinho, todos esses males feitos são motivados pelas paixões.<sup>10</sup> Porém, pode-se perguntar: que paixões são essas, haja vista que todas as coisas são boas, pois procederam de Deus? Antes de responder a essa questão, Agostinho apresentará o que é uma lei temporal e o que uma lei divina para em seguida poder qualificar o que é a má ação.

Agostinho explica que existem dois tipos de leis: a temporal e a divina. A primeira pode variar de acordo com as circunstâncias e, por isso, pode tornar-se injusta. Afirma ele: “chamaremos lei temporal a esta lei que, embora justa, também com justiça se pode alterar com o tempo.”<sup>11</sup> Já a lei divina é imutável e justa, pois provém de Deus. É uma lei chamada razão suprema, à qual se deve obedecer sempre, e pela qual os maus merecem ser infelizes e os bons ter uma vida feliz.<sup>12</sup> Segundo Agostinho, quando a lei temporal é derivada da lei divina, o povo que goza dessa lei é um povo que desfruta de justiça, direitos e paz. Portanto, pode-se dizer que em uma lei temporal não há nada de justo e legítimo que os homens não tenham feito derivar da lei eterna.<sup>13</sup> A lei eterna é o fundamento para lei justa. Logo, tudo que possui existência justa e legítima na lei humana advém da lei eterna. Entretanto, como as leis temporais sofrem mudanças, pressupõe-se que nem sempre elas são justas ou derivadas de leis eternas. Por isso, as leis temporais não servem de referência para avaliar que tipos de paixões podem levar às más ações ou mesmo quais são as más ações.

Pode-se perguntar: onde pode ser encontrada a lei eterna, para se dizer que uma ação é boa ou má?

---

<sup>10</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 9.

<sup>11</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 15.

<sup>12</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 15.

<sup>13</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 15.

Segundo Agostinho, a lei eterna está impressa em cada ser humano. Diz ele: “a noção de lei eterna, que está impressa em nós, direi que é aquela pela qual é justo que todas as coisas estejam absolutamente ordenadas.”<sup>14</sup>

Para que as coisas estejam bem ordenadas, é necessário que o homem esteja, em si mesmo, bem ordenado e, para que este esteja ordenado, é necessário fazer uso da razão.<sup>15</sup> É fazendo o uso da razão que o homem adquire ciência da vida, ou seja, ele não só vive, mas sabe que vive. Para Agostinho, um homem que tem ciência ou sabe que vive, como não poderia ser diferente, tem uma vida superior e mais pura. É aquele que sabe fazer uso da razão.

No livro *A natureza do bem*, ele afirma que naquele que possui em grau superior o modo, a espécie e a ordem haverá bens superiores. Logo, o homem possuindo o espírito racional é superior às demais criaturas.<sup>16</sup>

O espírito racional, que torna o homem superior às demais criaturas, quando se volta para o Sumo Bem, de onde tudo procede, fortalece-se na superioridade em relação às demais partes que o compõem.<sup>17</sup> Em outras palavras, sendo o homem um ser racional e, ao mesmo tempo, um ser que possui paixões e diversos sentidos, quando desenvolve aquilo que lhe é mais próprio, o espírito racional, este último passa a dominar e imperar sobre as paixões e os sentidos. Logo, pode-se dizer que o homem ordenado é aquele que, fazendo uso da razão, além de dominar seus sentidos, também se aproxima d’Aquele que o criou. Afirma Agostinho: Portanto, quando esta razão – mente ou espírito – governa os movimentos irracionais da alma, então domina, no ser humano, aquilo que nele deve dominar, de acordo com aquela lei que descobrimos ser eterna.<sup>18</sup>

Assim, para Agostinho, o homem que faz uso da razão domina as paixões e se torna o que ele chama de sábio. Como ele diz: “Chamo sábios àqueles que a Verdade manda chamar, isto é, aos que estão pacificados, uma vez subjugadas todas as paixões ao reino da verdade.”<sup>19</sup> O sábio é aquele que, fazendo o uso correto da razão, domina as paixões e age virtuosamente sempre em vista do bem. É aquele que, diante de todos os bens da vida,

---

<sup>14</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 15.

<sup>15</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 16.

<sup>16</sup> Cf. AGOSTINHO. *A natureza do bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, p. 9.

<sup>17</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 18.

<sup>18</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 18.

<sup>19</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 20.

sabe através da razão escolher os melhores bens. Nesse sentido, à medida que um homem aprende a fazer escolhas ao longo da vida, sabendo fazer uso daquilo que lhe é próprio, a razão, ele vai adquirindo sabedoria.

Segundo Agostinho, nada pode dominar aquele que age fazendo o uso da razão, exceto Deus; entretanto, sendo este justo, não o fará. Portanto, a razão e sua atividade tornam o homem sábio, pois realizam seu modo próprio de ser ao aprender a escolher entre os diversos bens os melhores em vista do Bem Maior.

Assim, como um bem específico do homem, a razão não pode ser a origem do mal. Porém se afirmou que sábio é aquele sabe escolher, fazendo o uso da razão, percebe-se aqui que, além da razão, o homem possui a capacidade de escolhas, que é chamada “livre arbítrio”.

Segundo Agostinho, é pelo livre arbítrio da vontade que o homem pode realizar boas ou más ações, ou seja, o homem, além de ser um ser racional, possui em si mesmo a capacidade de realizar boas ou más ações. O livre arbítrio da vontade pode tornar a razão companheira dos desejos desenfreados ao realizar más escolhas durante a vida.<sup>20</sup>

Pode-se dizer que, para Agostinho, o livre arbítrio é uma das dimensões da faculdade humana que possibilita ao homem escolher, a partir da vontade, a realização de boas ou más ações. Portanto, o homem possui o livre arbítrio para agir de acordo com a sua vontade.

Na obra *Confissões*, diz Agostinho: “Tinha a certeza de que, sempre que decidia querer ou não querer uma coisa, era eu e não outro que queria, e via cada vez melhor que aí estava a causa de meu pecado”<sup>21</sup> Ele percebe que tem em si a capacidade de escolher, ou de querer ou não querer alguma coisa, e é nessa capacidade que se encontra a raiz do pecado. O homem ao pecar perverte a vontade, o que o leva a agir mal. Dirigindo-se a Deus, o patrístico latino assevera: “Em ti o mal não existe de forma alguma; e não só em ti, mas em quaisquer criaturas tomadas em sua universalidade.”<sup>22</sup> Portanto, o mal não tem uma raiz ontológica, mas pode nascer conforme as escolhas do homem. Pelo livre arbítrio guiado pela vontade, ele pode escolher entre querer ou não querer alguma coisa em vista do Bem Maior.

---

<sup>20</sup> Cf. AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 22.

<sup>21</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 3.

<sup>22</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 13.

Agostinho, na obra *A natureza do bem*, como já foi destacado, afirma que todas as coisas procedem de Deus e Ele sendo bom criou todas as criaturas boas. Portanto, toda e qualquer natureza é boa. A bondade encontrada na natureza das coisas possui variação de acordo com o modo, a espécie e a ordem. Isso não significa que tenham sido criadas imperfeitas, mas que existem distintos graus de perfeição em relação a Deus.<sup>23</sup> E existem distintos graus de participação das criaturas em Deus. O homem, por possuir racionalidade, é superior às demais criaturas e, por isso, possui maior participação na natureza do Bem. Entretanto, o homem além da racionalidade, também possui em si a capacidade de escolher crescer ou diminuir na participação da natureza do Bem. É nessa escolha que há a possibilidade de surgir o mal, pois o ser humano pode escolher agir em vista do Bem Maior ou agir se afastando d'Ele.

Segundo Agostinho, as escolhas são guiadas pela vontade e esta em si mesma é boa. Diz ele: “É a vontade pela qual desejamos viver recta [sic] e honestamente e alcançar a sabedoria suprema.”<sup>24</sup> Entretanto, o homem pelo livre arbítrio pode não querer agir de acordo com a boa vontade e passar a fazer escolhas que o afastam de uma vida reta e honesta. É aí que ocorre a perversão da vontade, ou seja, à medida que o homem vai fazendo escolhas que o afastam do caminho para Deus, perverte sua própria vontade, que em si é boa.

Agostinho, em sua obra *Confissões*, testemunha que, ao procurar as coisas como fim nelas mesmas, pervertia sua vontade e se afastava do Bem Maior. O homem, que pode escolher crescer na natureza do Bem, ao voltar-se para seu criador, quando passa a escolher as coisas, os bens menores, não como um meio para se atingir o Bem Maior, mas como fim em si mesmas, perverte a vontade e afasta-se de Deus. Diz Juan Antonio Estrada, doutor em teologia e autor da obra *A impossível teodicéia*: “O mundo é ontologicamente bom, porque criação divina, mas perigoso, porque leva o homem a se desviar de Deus. Feito para Deus, o homem se perde nas criaturas, em vez de relativizá-las e de subordiná-las ao divino.”<sup>25</sup> É nesse afastamento de Deus, guiado pelas más escolhas do homem que surge o mal. Portanto, como afirma Agostinho: “...todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma

---

<sup>23</sup> Cf. AGOSTINHO. *A natureza do bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, p. 7.

<sup>24</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 25.

<sup>25</sup> ESTRADA, Juan Antonio. *A impossível teodicéia – A crise da fé em Deus e o problema do mal*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 122



substância. Porque, se o fosse seria um bem.”<sup>26</sup> O mal é a privação do bem ou o afastamento do homem do Bem Maior.

Enfim, pode-se dizer que as todas as coisas são boas e, pela livre vontade, fazendo uso dessas coisas em vista de conquistar o Bem Maior, o homem torna-se livre ao aderir às leis eternas. Entretanto, existem homens que, pela perversão da vontade, como já se afirmou, passam a apegar-se às coisas temporais, utilizando-as mal e não em vista de um Bem Maior; logo, daí o surgimento do mal.

Afirma Agostinho que, assim como existem dois gêneros de leis, as eternas e as temporais, também existem dois gêneros de homens: “...os que perseguem e amam as realidades eternas e os que seguem as temporais”<sup>27</sup>. Esses últimos, negligenciando as realidades eternas, passam a fazer más ações ou fazer o mal.

No livro II da obra *O livre arbítrio*, após ter sido questionado por seu amigo Evódio se Deus fez bem de ter dado ao homem o livre arbítrio, pois este pode levá-lo a pecar, praticando más ações, Agostinho responde que o livre arbítrio é bem médio, ou seja, o livre arbítrio não é um bem absoluto, mas um bem em vista do Bem Maior ou uma livre vontade para que o homem possa viver retamente através de suas escolhas. “Ninguém pode fazer mau uso da recta [sic] razão.”<sup>28</sup> Deus deu ao homem o livre arbítrio para este viva retamente e, vivendo assim, possa ser livre perante as coisas.

Embora Agostinho mostre, a partir da natureza do Bem, como deveria ser conduzido o livre arbítrio, para que o homem possa ser feliz, não lhe é retirada a responsabilidade de fazer boas ou más ações. Portanto, como o homem possui o livre arbítrio, cabe a ele escolher entre fazer boas ou más ações ao longo de sua vida; logo, o mal se origina mesmo dessas más ações.

Tendo sido apresentada a questão sobre a origem do mal em Agostinho, percebe-se que o mal, em sua concepção, não tem uma essência ontológica, mas é consequência da má ação do homem que passa a praticá-lo por ir se afastando do bem. Assim, para Agostinho, o mal nasce da livre escolha do homem, ao se afastar do Bem Maior, como já se afirmou em passagens anteriores. Doravante, será exposta a reflexão do filósofo Paul Ricoeur que, ao abordar o problema do mal, partindo de Agostinho, considera que ele é corolário das más ações que o homem exerce sobre o outro.

---

<sup>26</sup> AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 13.

<sup>27</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 34.

<sup>28</sup> AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, p. 50.

## 2. O mal: um desafio que “dá a pensar” em Paul Ricoeur

Assim como Agostinho, o filósofo Paul Ricoeur, ao abordar o problema do mal, opõe-se à tradição gnóstica pela qual o mal corresponde a uma realidade ou uma substância que aprisiona o homem. Paul Ricoeur aborda o problema do mal como um desafio que “dá a pensar”. Para ele, a expressão “dá a pensar” é significativa, primeiro porque aparece em várias de suas obras e segundo porque os símbolos e mitos encontrados na fenomenologia da religião como, por exemplo, o mito da queda, significam algo sobre a realidade antes mesmo do próprio ato de filosofar e, por isso, eles levam a pensar. Em sua obra, chamada *A simbólica do mal*, assim escreve “...o símbolo dá, mas o que ele dá, é o que pensar, sobre o que pensar.”<sup>29</sup>

Para o filósofo francês, os símbolos do mal, tais como, a mácula, o pecado, a culpa, o mito da queda e outros, dizem algo sobre a realidade de forma indireta, exprimem a não imediatez de apreensão pelos sujeitos da realidade.<sup>30</sup> Os símbolos e os mitos são como uma primeira tentativa de expressar a realidade. São expressões figuradas de algo que ocorreu ou que pode estar ocorrendo na realidade; por isso, ele “dá a pensar”.

Paul Ricoeur, ao refletir sobre o problema do mal, tentará fazê-lo não em vista de salvaguardar a natureza do Bem ou de buscar respostas a grupos religiosos como Agostinho o fez, em sua época, ao enfrentar os maniqueístas. Paul Ricoeur, partindo de uma abordagem fenomenológica e hermenêutica, percebe e descreve que sempre existiram símbolos e mitos do mal, ligados às religiões e, por conseguinte, aos homens. Por isso, eles merecem serem pensados, pois de uma forma ou outra, o problema do mal tenta dizer e até mesmo responder às questões sobre as limitações e os sofrimentos dos homens. Como se afirmou acima, o mal é um desafio a ser pensado. Porém, qual desafio? Segundo Paul Ricoeur, ao longo da história, os diversos ensaios de teodiceia, na tentativa de responderem às questões sobre o problema do mal, procurando salvaguardar a Natureza de Bem ou a bondade de Deus, como se apresentou em Agostinho, sempre procuraram manter um discurso submetido a uma coerência lógica de não contradição e de totalidade sistemática, mas, para Paul Ricoeur, trata-se de um desafio a ser pensado de forma diferente.

A coerência lógica que o filósofo menciona é a seguinte:

---

<sup>29</sup> RICOEUR, Paul. *Philosophie de la volonté – 2. Finitude et Culpabilité*. Paris: Points, 2009, p. 566.

<sup>30</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *Da interpretação – Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 20

Deus é todo poderoso; Deus é absolutamente bom; contudo, o mal existe. A teodicéia surge, então, como combate a favor da coerência, em resposta à objeção segundo a qual somente duas proposições são compatíveis, mas nunca as três ao mesmo tempo. O que é pressuposto pelo modo de colocar o problema não é posto em questão, isto é a própria forma proposicional na qual os termos do problema são expressos, e a regra de coerência à qual a solução admite dever satisfazer.<sup>31</sup>

Percebe-se que não é um problema, para ele, a busca de respostas coerentes e lógicas para o questionamento sobre o poder, a bondade de Deus e a existência do mal. O problema se encontra na tentativa constante de satisfazer essa regra de coerência, chegando-se a uma fusão entre a linguagem confessional da religião e o discurso sobre a origem do mal, o que não esgota o problema, segundo Paul Ricoeur, pois o problema do mal é um desafio a ser pensado, mas não a ser esgotado por uma lógica de não contradição.

Em sua proposta de apresentar o caráter limitado do problema do mal, na obra *O mal – um desafio à filosofia e à teologia*, primeiramente, Paul Ricoeur procura avaliar a amplitude e a complexidade do problema, utilizando os recursos da fenomenologia da experiência do mal. Em seguida, ele distingue os níveis de discurso percorridos pela especulação sobre a origem e a razão de ser do mal. Por último, o filósofo relaciona o trabalho de pensar, suscitado pelo enigma do mal, com as respostas que dependem da ação e do sentimento.

Paul Ricoeur percebe que, ao buscar refletir sobre a questão do mal, essa reflexão gira em torno de um plano de fenômenos díspares, tais como, o pecado, o sofrimento e a morte. Assim, com o objetivo de escapar de uma confusão de significados dos fenômenos mencionados, ele se propõe a delimitá-los, para em seguida retomar o enigma do mal. Afirma Olivier Mongin, escritor e comentador do filósofo francês: “A fim de escapar a esta confusão semântica, Ricoeur apressa-se a sublinhar a disparidade de princípio entre o mal cometido e o mal sofrido.”<sup>32</sup>

O mal cometido, o mal moral, o pecado em linguagem religiosa, “...designa o que torna a ação humana objeto de imputação, de acusação e de repreensão.”<sup>33</sup> A imputação consiste em atribuir a um sujeito responsável uma ação susceptível de apreciação moral, ou seja, atribuir a alguém a responsabilidade de poder ou não poder realizar uma má ação. “A acusação caracteriza a ação como violação do código ético dominante na comunidade

---

<sup>31</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 22.

<sup>32</sup> MONGIN, Olivier et al. *Paul Ricoeur e a simbólica do mal*. Portugal: Afrontamento, 2005, p. 46.

<sup>33</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 23.

considerada.”<sup>34</sup> A repreensão ou reprovação designa o juízo de condenação, em razão do qual o autor é considerado culpado e, por isso, merece ser punido.<sup>35</sup>

Segundo Paul Ricoeur, a imputação centraliza o mal cometido sobre um agente responsável por realizar a má ação. Aqui se tem o contrário do mal sofrido, em que existe alguém que é afetado pelo sofrimento. Diz ele: “...o sofrimento caracteriza-se como um puro contrário do prazer, como não-prazer, isto é, como diminuição de nossa integridade física, psíquica e espiritual.”<sup>36</sup> O sofrimento afeta alguém por uma variedade de causas, como por exemplo, adversidade da natureza física, doenças, enfermidades, aflição produzida pela morte de entes queridos e outras provações, que fazem do homem vítima e que reclamam por lamentação.

Para Paul Ricoeur, uma vez apresentadas as definições sobre o mal cometido e o mal sofrido, não é possível mascarar as ligações profundas entre o pecado e o sofrimento, pois o mal cometido é sempre um mal feito a outrem. O pecado de um causa o sofrimento do outro.

Entretanto, afirma Paul Ricoeur que isso ainda não resolve o enigma do mal, pois, de um lado, o culpado também pode se sentir vítima de uma força exterior; e, por outro lado, a vítima (que sofre do mal), mesmo se lamentando, a partir de uma lógica da retribuição, pode sentir seu sofrimento como uma punição merecida.<sup>37</sup> Para o filósofo, é justamente aqui que se encontra o fundo tenebroso do enigma do mal. Então, ele retoma a pergunta levantada na obra de Agostinho sobre *O livre arbítrio*: Qual a origem do mal?

Na procura de respostas para esse enigma, Paul Ricoeur detém-se na reflexão de Agostinho de que o mal não pode ser considerado com uma substância. Em contrapartida, surge a ideia do nada, a ideia do *ex nihilo*, uma vez que Deus criou todas as coisas do nada, o que sugere, segundo Paul Ricoeur, falar da limitação do criado enquanto tal. Em razão dessa limitação, torna-se compreensível que as criaturas, dotadas de livre escolha, possam decair longe de Deus e inclinar-se para o que tem menos ser, para o nada.<sup>38</sup>

O filósofo afirma que esta parte da doutrina agostiniana merece ser reconhecida enquanto tal, a saber, como uma conjunção entre ontologia e teologia. Entretanto, afirma ele: “...o corolário mais importante desta negação da substancialidade do mal é que a

---

<sup>34</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 23.

<sup>35</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 23.

<sup>36</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 24.

<sup>37</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 25.

<sup>38</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 32.

confissão do mal fundamenta sua visão exclusivamente moral.”<sup>39</sup> Em outras palavras, Paul Ricoeur ressalta que Agostinho, ao tratar do problema, não enfatiza a origem do mal enquanto substância, mas a origem que faz algo, ou seja, enfatiza o seu aspecto prático.

Refletindo sobre a visão moral do mal em Agostinho, Paul Ricoeur afirma que o filósofo, ao enfrentar os maniqueístas, extrai da visão deles o que é o mais importante para o filósofo, isto é, que todo mal é uma visão puramente moral do mal, o que leva a uma visão penal da história: não existe alma injustamente precipitada na infelicidade.<sup>40</sup>

Percebe-se que, tanto para Ricoeur quanto para Agostinho, tal como se apresentou no início deste trabalho, todos os homens podem ser felizes, mas, para se atingir a felicidade é necessária a responsabilidade, ou seja, assumir-se responsável por suas escolhas, que podem ser boas ou más. Portanto, em cada homem, existe a livre possibilidade de construir uma vida feliz ou infeliz. Ninguém está fadado a uma infelicidade eterna enquanto vive. Tanto Agostinho quanto Paul Ricoeur concordam que cabe ao homem fazer ou não fazer o mal a outrem. Logo, quando alguém realiza uma má ação, ele faz outro sofrer.

Embora concorde com Agostinho nas reflexões apresentadas acima, Paul Ricoeur também o critica por dar ao mal cometido, ao pecado individual, uma dimensão histórica ou genérica, dimensão essa que transforma pecado individual dos primeiros pais em pecado de natureza ou pecado original.<sup>41</sup>

Para o filósofo francês, esse enigma da potência do mal já existente é posto sob a falsa luz de uma explicação de aparência racional, pois, ao conjugar no conceito de pecado de natureza duas proposições heterogêneas, a de transmissão biológica pela via da geração e a de imputação individual de culpabilidade, a noção de pecado aparece como um falso conceito, em que se pode atribuir a uma gnose uma antignose.<sup>42</sup>

Para Paul Ricoeur, o nada de privação que Agostinho tinha afirmado ser o mal, ao atribuir a ele uma dimensão histórica e genérica, torna-se uma potência superior a cada vontade individual, a cada volição singular.

Cabe ressaltar que Paul Ricoeur, embora faça essa crítica a Agostinho, também reconhece que ele está situado em um contexto muito particular, em que há o embate com o pelagianismo, cuja doutrina sustenta que o homem é totalmente responsável pelos seus

---

<sup>39</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 32.

<sup>40</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – Um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 33.

<sup>41</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 33.

<sup>42</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 34.

próprios atos e, conseqüentemente, pela sua própria salvação, desvalorizando dessa forma a graça divina. É partindo desse contexto que Agostinho afirma ser o homem criatura livre e, ao mesmo tempo, dependente da graça de Deus para poder superar sua própria corrupção.

Para Paul Ricoeur, o mais grave, tanto em Agostinho quanto para nos pelagianos, é que ambos apresentam duas versões opostas de uma visão estritamente moral do mal, mas deixam de lado o protesto contra o sofrimento injusto: Agostinho condena-o ao silêncio, em nome de uma inculpação em massa do gênero humano; os pelagianos ignoram-no, em nome de uma preocupação altamente ética da responsabilidade.<sup>43</sup> A pergunta que se pode fazer aqui é: como Paul Ricoeur vai conseguir encontrar respostas para o protesto do sofrimento injusto para além de Agostinho e dos pelagianos?

Paul Ricoeur, antes de refletir sobre uma possível resposta para o lamento daquele que sofre injustamente, afirma que é necessário um sólido otimismo humano para aceitar as respostas advindas da teodicéia, ou seja, é necessária a fé de que Deus continua sendo bom e justo, mesmo vendo o lamento do justo sofredor. Porém, como o otimismo humano nem sempre acontece, principalmente com aquele que está sofrendo, afirma o filósofo ser necessário buscar um balanço positivo dos bens e dos males no momento em que é confrontado com males e dores que não podem ser compensado por nenhuma perfeição conhecida.<sup>44</sup> Em outras palavras, para o filósofo francês, procurar uma resposta ao lamento do justo sofredor é tentar encontrar na desproporção humana um sopesamento positivo nos meandros dos bens e dos males. É justamente aí que ele sublinha o seguinte: o problema do mal não é apenas um problema especulativo, mas um problema que exige convergência entre pensamento, ação e uma transformação espiritual.

### **3. Uma perspectiva para o problema do mal: pensamento, ação e espiritualidade**

No plano do pensamento, Paul Ricoeur afirma que, sob o império do mito, o pensamento especulativo é puxado para trás em direção à origem, na tentativa de explicar de onde vem o mal. Nesse plano, como já foi destacado, há o exemplo de várias teodiceias que procuram dar suas explicações sobre a origem do mal. Segundo o filósofo francês, nesse mesmo plano, o problema do mal merece ser considerado como um desafio que não

---

<sup>43</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 34.

<sup>44</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 36.

pára de ser enriquecido por novas contribuições como as de Kant, Hegel, Karl Bart, Paul Tillich e outros.

Para Paul Ricoeur, como se já afirmou, os símbolos e os mitos, referentes ao problema do mal, são um desafio a ser pensado e não descartado. Esses símbolos e mitos dizem da realidade, antes mesmo do ato de pensar, e merecem ser decodificados pelo trabalho interpretativo, pois eles têm algo a dizer à cultura e, sobretudo, àqueles que sofrem.

Entretanto, Paul Ricoeur reconhece que tentar dizer sobre o problema do mal somente pelo trabalho de pensamento é algo insuficiente, principalmente para o lamento do justo sofredor, pois é ele quem sente as dores e as mazelas do sofrimento.

É justamente aqui que o filósofo propõe aproximar do plano do pensamento o plano do agir, ou seja, não basta pensar, é necessário agir. Enquanto o pensamento procura respostas voltando-se para a origem, o plano da ação pergunta: o que fazer contra o mal? “O olhar é assim voltado ao futuro, através da ideia de uma “tarefa” a se realizar, que é réplica daquela de uma origem a descobrir.”<sup>45</sup>

Paul Ricoeur afirma que acentuar uma luta prática contra o mal não significa deixar de lado o sofrimento; pelo contrário, sabe-se que todas as violências existentes de um para com o outro não deixam de refazer a unidade entre o mal moral e o sofrimento. Por isso, toda ação ética ou política, que procura diminuir a quantidade de violência exercida pelos homens, diminui a taxa de sofrimento no mundo.<sup>46</sup>

Na busca de eliminar o sofrimento ou o sofrimento causado aos homens pelos homens, Paul Ricoeur afirma não saber o que restará, mas que uma coisa é certa: antes de acusar a Deus ou de se especular sobre a origem do mal no próprio Deus, torna-se oportuno a todos ter como tarefa um engajamento ético e político contra o mal, para que se possa diminuir a taxa de sofrimento que uns causam aos outros. Talvez, a partir desse engajamento, como sugere o filósofo na citação acima, “através da ideia de uma tarefa a se realizar”, pode-se responder à questão de uma origem a “descobrir”, ou seja, quem sabe seja através da luta contra o mal que se possa encontrar respostas para o próprio mal.

Porém, Paul Ricoeur não se dá por satisfeito com a resposta do plano da ação, pois, mesmo havendo engajamento ético e político na luta contra o mal, há ainda uma grande massa de homens que sentem o mal como algo imerecido, como algo que não tem um “porquê”, sentem-se vitimados pelas dores e sofrimentos advindos da ação e dos limites da própria natureza como: as catástrofes naturais, doenças, epidemias e a própria morte.

---

<sup>45</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 48.

<sup>46</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988, p. 48.

A pergunta para o sofredor passa de um “por que”? para um “por que eu”? É a partir desse “por que eu?”, ou tentando ir mais longe do plano do pensamento e no plano da prática, que Paul Ricoeur aproxima desses o plano do sentir, que significa uma certa espiritualização da lamentação, ou melhor, o filósofo sugere uma resposta emocional aliada à resposta prática, que diz respeito às transformações pelas quais os sentimentos, que alimentam a lamentação e a queixa, podem passar sob os efeitos da sagesa, enriquecida pela meditação filosófica e teológica.<sup>47</sup>

Em outras palavras, o filósofo sugere que, como resposta ao lamento do justo sofredor, deva ser incluída ao plano do pensamento e ao do trabalho prático de luta contra o mal, uma reinterpretação dos símbolos e mitos do mal, apoiada em teorias que transformam o sentimento de culpa em sentimento de luto. Aqui se tem como exemplo o trabalho de Sigmund Freud que, no seu ensaio sobre “luto e melancolia”, reflete sobre o trabalho de luto pelo objeto amado que deixou de existir.<sup>48</sup> Diz Paul Ricoeur: “o luto é aí descrito como um desligamento, passo a passo, de todas as amarras que nos fazem ressentir a perda de um objeto de amor como a perda de nós mesmos.”<sup>49</sup>

É sob o prisma do trabalho de luto, ou seja, desapegando-se vagarosamente do objeto amado, daquilo que causa dores e sofrimentos, através do trabalho de interpretação e reinterpretação dos símbolos e dos mitos do mal, que Paul Ricoeur sugere se tornar possível uma transformação qualitativa da lamentação e da queixa. Chega-se aqui à conclusão do processo de espiritualização da lamentação.

Afirma o filósofo que sua resposta não tem a pretensão de ser exemplar ou a solução ao problema do mal ou ainda a solução ao lamento do justo sofredor, mas um dos caminhos possíveis, pelo qual se procura entrelaçar pensamento, ação e sentimento.

Segundo Paul Ricoeur, muitos que sofrem imerecidamente, na tentativa de encontrar uma resposta ao sofrimento injustificado, acabam se sentindo culpados da morte do seu objeto de amor e acabam entrando no jogo cruel da vítima expiatória, como se seus sofrimentos fossem necessários para expiar a culpa da perda do objeto de amor ou como se Deus assim o quisesse. É aqui que o filósofo afirma ser necessário responder: “Não, Deus não quis isso, menos ainda me quis punir.”<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 49.

<sup>48</sup> Cf. FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo: Ensaio de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b [1914], p. 181.

<sup>49</sup> RICOEUR, Paul. *O Mal – Um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 50.

<sup>50</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas, SP: Papyrus, 1988, p. 50.



Para Paul Ricoeur, diante do fracasso da teoria da retribuição no plano especulativo, que atribui ao sofrimento do sofredor uma punição merecida, torna-se necessário integrar o trabalho de luto, para libertar o sofredor da acusação de culpa que ele imputa a si mesmo e, a partir daí, colocar diante desse sofredor o sofrimento a nu, como algo que escandaliza, pois nada o justifica: trata-se mesmo de um sofrimento sem nenhuma consolação.

Segundo Paul Ricoeur, na “primeira etapa” da espiritualização da lamentação, as aporias intelectuais não conseguem mais responder ao lamento do justo sofredor. Assim, esse lamento fica sem resposta e o justo sofredor, ao se aproximar de um trabalho de luto, diante das acusações, das justificativas, fica de frente com o sofrimento a nu sem “porquês”, chegando ao grau zero da espiritualização da lamentação.<sup>51</sup>

Pode-se dizer que seria esse o momento em que o justo sofredor não encontra mais justificativas para suas dores, para seus sofrimentos e a única coisa que lhe resta é revoltar-se contra de Deus, acusar Deus por seus males. É na acusação contra Deus que se entra na “segunda etapa” da espiritualização da lamentação, quando se abandona toda tentativa de explicação sobre a origem do mal e do sofrimento, tal como os ensaios de teodicéia procuraram justificar.

É no total abandono de todas as explicações sobre o sofrimento e o mal que se entra na “terceira etapa” de espiritualização, é o momento em que o justo sofredor percebe que a razão para se acreditar em Deus não tem nada em comum com as necessidades de explicação sobre a origem do sofrimento e do mal. É o momento em que o justo sofredor reconhece as dores e mazelas, mas ainda assim se abrem possibilidades para algo além de si mesmo.

Pode-se dizer que, para Paul Ricoeur, refletir sobre o problema do mal é mudar de atitude perante os sofrimentos e as dores. Enquanto muitas teorias se atêm a explicar a origem do sofrimento e do mal, como a teoria agostiniana, o que não as torna menos importantes, é necessário procurar ir além do plano de pensamento especulativo, avançando no agir em luta contra os males. E, indo além desse trabalho de luta, deve-se também mudar a maneira de sentir os sofrimentos e as dores, assumindo-os muitas vezes como injustificados, principalmente para aqueles que são vítimas inocentes.

Portanto, quando se procura refletir sobre o problema da origem do mal em Agostinho em aproximação com Paul Ricoeur, pode-se dizer, em linguagem ricoeuriana, que o mal

---

<sup>51</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à filosofia e à teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas, SP: Papyrus, 1988, p. 51.

é um desafio que dá a pensar, ou seja, refletir sobre o problema do mal não é algo simples, porém passível de ser percebido pela má ação de uns homens a outros. Retomando esse aspecto de abordar o mal, é possível afirmar que Agostinho e Paul Ricoeur são concordantes em relação ao seguinte: em cada homem, existe a possibilidade ou livre arbítrio para fazer uma boa ou má ação, porém, no aprofundamento sobre a origem do fazer o mal, enquanto Agostinho caminha em direção a uma ontoteologia, Paul Ricoeur vai em direção a uma análise fenomenológica-existencial. Sem descartar ou mesmo desprezar a teoria agostiniana, Paul Ricoeur prefere lidar com o problema do mal como uma aporia que dá a pensar e, por isso, merece ser interpretada e reinterpretada para muitos homens que sofrem cotidianamente.

### **Conclusão**

A questão do mal é temática comum a Agostinho de Hipona e Paul Ricoeur. Mas a convergência de ambos gira em torno da causa do mal, pois suas respostas se encaminham por fundamentos diversos.

Na concepção agostiniana, a criação do tempo coincide com a criação do mundo, de modo que o tempo é a estrutura fundamental do próprio mundo. Ao revés, Deus, o Ser por excelência, Aquele que é, foi e será, se encontra completamente fora do tempo, o que significa dizer que é imutável e eterno. No entanto, o mundo, enquanto uma mescla de ser e não ser, traz dentro de si um processo de transformação que o faz transitar tanto do ser para o não ser, quanto do não ser para o ser. Trata-se do processo que constitui a sucessão temporal do passado, presente e futuro, o que não se opera, obviamente, em Deus, único e verdadeiro ser dotado de eternidade. Sendo imutável, Deus é a plenitude do ser, a máxima perfeição e o bem absoluto. A partir dessa ideia, Agostinho de Hipona constrói a metafísica do bem e o do mal, desvelando sua ligação filosófica com o neoplatonismo de Plotino, porém acrescida da roupagem cristã.

O mundo criado, manifestação da bondade absoluta de Deus, é uma obra perfeita, fato que nem sempre é bem assimilado, porque se costuma ver o mundo de maneira parcial, considerando-se determinadas coisas como más. Contudo, é necessária a sua contemplação como um todo, para que ele se revele em toda sua esplendorosa bondade. Tudo aquilo que é, por certo, é necessariamente bom, já que a ideia de bem está implicada na ideia de ser. Para Agostinho de Hipona, portanto, Deus não é a causa do mal, do mesmo modo que a matéria não pode produzi-lo, haja vista que ela também é criada por

Deus. Assim, a natureza do mal deve ser procurada no conceito absolutamente contrário ao de Deus como ser, vale dizer, na ideia de não ser. Por conseguinte, o mal fica destituído de toda substancialidade, configurando-se apenas como a privação do bem, não existindo sequer, como pensavam os maniqueístas, dois princípios igualmente poderosos a reger o mundo, o do bem e o do mal, mas somente um deles, ou seja, Deus, que é infinitamente bom.

Paul Ricoeur faz uma hermenêutica dos símbolos do mal para evidenciar que o mal somente é mal enquanto é posto pelo sujeito (“eu ponho”), considerando que a liberdade traz um poder de sedução pelo “mal já aí”, o que a tradição havia manifestado de modo simbólico. Trata-se da relação recíproca ente mal e liberdade, na qual não se insere o mal que é, mas somente o mal operado pelo eu, o que faz indagar o que fazer contra o mal, especialmente, porque o mal não fica instalado na pessoa, mas alcança relacionamentos e instituições. Por aqui se nota que Paul Ricoeur enxerga uma abordagem do mal nos níveis antropológico e cultural, operando uma dinâmica transformadora nas esferas do pensar, do agir e do sentir humanos. Nesse sentido, Paul Ricoeur não recusa a ideia de colocar a possibilidade de abordar o mal no plano moral, mas não de uma moralidade de base metafísica ou ontológica, e sim de cariz cultural ou dos costumes culturais. Na visão ricoeuriana, é uma situação sem saída dizer que Deus é bom, mas o mal existe. Ele se aproxima de Agostinho de Hipona quando que não é possível perguntar de onde vem o mal, mas somente por que ele é praticado.

A própria lei que o homem atribui a si mesmo com sua liberdade é que faz surgir o mal, na medida em que se instala a sua violação. Como não encontra a origem do mal, o homem o assume como seu mesmo, diante do sofrimento que experimenta e, assim, acredita que decorre de algo que fez, mas não deveria ter feito.

Pode-se dizer que Paul Ricoeur rejeita a ideia de que o mal tenha uma natureza e afirma que ele é uma nada quanto à substancialidade, tal como Agostinho de Hipona o considerava, mas ele caracteriza a interpretação agostiniana de desajustada, na medida em que, ao propor o conceito de mal de origem (pecado original), ela traz a confusão entre o plano biológico e o cultural, quando esses dois planos são totalmente distintos.

Enfim, para Agostinho de Hipona e Paul Ricoeur, o livre arbítrio está presente em cada homem para fazer uma boa ou má ação. No aprofundamento sobre a causa do mal, enquanto Agostinho de Hipona vai buscá-lo em uma matriz ontoteológica, Paul Ricoeur opta pela via da análise fenomenológica-existencial, de tal modo que mal pode ser visto como uma situação aporética, que dá a pensar, envolvendo sempre uma hermenêutica

capaz de interpretar e reinterpretar o sofrimento cotidiano dos homens que padecem com ele.

## Referências

AGOSTINHO. *A natureza do bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.

AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa – Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2001.

ESTRADA, Juan Antonio. *A impossível teodiceia – A crise da fé em Deus e o problema do mal*. São Paulo: Paulinas, 2004.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo: Ensaio de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b [1914].

MONGIN, Olivier et al. *Paul Ricoeur e a simbólica do mal*. Portugal: Afrontamento, 2005.

RICOEUR, Paul. *Da interpretação – Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

RICOEUR, Paul. *Da metafísica à moral*. Portugal: Instituto Piaget, 1995.

RICOEUR, Paul. *O Mal – Um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988.

RICOEUR, Paul. *Philosophie de la volonté – 2. Finitude et Culpabilité*. Paris: Points, 2009.